



SIMULADO ESPECIAL

TCE-MA

Técnico Estadual de Controle Externo – Técnico-Administrativa

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-MA**, cargo de **Técnico Estadual de Controle Externo - Técnico-Administrativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/YkazyX4rYBdPJMjQ7>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4wQNF4v>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO:****Impacto da Inteligência Artificial no Pensamento Crítico**

No mundo contemporâneo, a inteligência artificial (IA) está se tornando uma ferramenta indispensável em diversas áreas, desde a medicina até o marketing digital. No entanto, um estudo recente realizado pela Microsoft em parceria com a Universidade Carnegie Mellon levanta preocupações significativas sobre o impacto dessa tecnologia nas habilidades cognitivas humanas.

A pesquisa revela que a dependência de instrumentos de IA para a execução de tarefas rotineiras pode levar a uma diminuição do pensamento crítico, uma habilidade essencial para a resolução de problemas complexos. Os cientistas alertam que, embora a IA aumente a eficiência, ela também reduz o engajamento crítico dos usuários, especialmente em ambientes onde a supervisão se torna mais comum do que a execução direta de tarefas.

Dentro desse contexto, profissionais de marketing e tecnologia devem refletir sobre seu papel na integração de IA em seus processos, garantindo que o uso dessas tecnologias fortaleça, em vez de enfraquecer, as habilidades humanas no longo prazo.

Desafios do Uso de IA no Trabalho

O estudo mencionou que a utilização de IA permitiu a realização de tarefas mais eficientes, mas também destacou que uma confiança excessiva nessas tecnologias pode resultar em um pensamento analítico superficial. Situações comuns onde isso ocorreu incluem a criação de apresentações por professores usando o DALL-E e traders que utilizam o ChatGPT da OpenAI para gerar recomendações estratégicas.

A pesquisa envolveu 319 profissionais que relataram suas experiências ao usar IA. Muitos participantes mencionaram que sentiram uma redução na necessidade de exercício do pensamento crítico quando as respostas geradas pareciam confiáveis, mas se envolveram mais criticamente quando percebiam ainda alguma incerteza nas soluções propostas pela IA.

Fatores Influenciadores do Pensamento Crítico

Uma série de fatores pode influenciar o quanto as pessoas exercem seu pensamento crítico. O estudo revelou que, sob condições de pressão de tempo, a habilidade de pensar de forma crítica tende a diminuir. Por outro lado, cenários de alto risco podem aumentar essa capacidade, uma vez que um erro pode ter consequências sérias.

Essas observações são fundamentais para empresas que buscam integrar IA em suas operações. Criar ambientes que incentivem a análise crítica e reflexão pode ser essencial para maximizar os benefícios da IA sem sacrificar as capacidades cognitivas dos colaboradores.

[...]

Regulando a Dependência Cognitiva

Uma das principais recomendações da Microsoft para minimizar a “atrofia” cognitiva é garantir que as ferramentas de IA incentivem o aprendizado do usuário. Isso pode incluir metodologias que ajudam os usuários a desenvolverem suas habilidades analíticas, como verificar fatos e analisar argumentos complexos.

A IA deve ser vista como uma parceira, facilitando o desenvolvimento de competências críticas em vez de substituir a necessidade delas. Esta abordagem motivacional pode ser o diferencial para criar um ecossistema digital mais robusto e sustentável.

A Nova Era da Inteligência Coletiva

Conscientes das pressões tecnológicas, empresas e indivíduos precisam adotar uma postura crítica e consciente sobre como a IA é incorporada em nossa rotina profissional e pessoal. Aqueles que equilibram essa adaptação com o fortalecimento de suas habilidades cognitivas estarão, sem dúvida, mais bem preparados para moldar o futuro.

Rodrigo Neves

Presidente Nacional da AnaMid

CEO da VitaminaWeb

1. Depreende-se do texto que o exercício do pensamento crítico por usuários de inteligência artificial
- a) diminui necessariamente quando a tecnologia é empregada na realização de tarefas profissionais.
 - b) tende a intensificar-se quando os usuários identificam incertezas nas respostas da IA ou quando as consequências de um erro são relevantes.
 - c) depende exclusivamente do nível de formação técnica dos profissionais que utilizam ferramentas de IA.
 - d) se torna dispensável quando as respostas fornecidas pela tecnologia apresentam aparência de confiabilidade.
 - e) é favorecido pela pressão de tempo, uma vez que essa condição exige decisões mais rápidas e criteriosas.
2. No que se refere à tipologia textual, é correto afirmar que, no texto,
- a) predominam os tipos narrativo e descritivo, uma vez que são relatadas experiências individuais de profissionais.
 - b) há predomínio do tipo injuntivo, pois o autor apresenta instruções sequenciais para a utilização de ferramentas de IA.
 - c) predomina o tipo expositivo, já que o autor se limita a divulgar os resultados da pesquisa sem defender um ponto de vista.
 - d) predomina o tipo dissertativo-argumentativo, sendo as informações sobre a pesquisa utilizadas para fundamentar a defesa de um uso crítico e consciente da IA.
 - e) há equilíbrio entre os tipos narrativo e injuntivo, visto que o autor relata fatos e determina como as empresas devem agir.
3. No trecho “A IA **deve** ser vista como uma parceira, facilitando o desenvolvimento de competências críticas em vez de substituir a necessidade delas”, a forma verbal “deve” expressa sentido de
- a) probabilidade.
 - b) desejo.
 - c) certeza decorrente de comprovação científica.
 - d) recomendação orientada pela posição defendida no texto.
 - e) possibilidade condicionada à atuação das empresas.
4. Em relação aos aspectos sintáticos e coesivos do texto, julgue os itens seguintes.
- I. Em “garantindo **que o uso dessas tecnologias fortaleça**, em vez de enfraquecer, as habilidades humanas”, a oração destacada exerce a função de complemento verbal direto da forma “garantindo”.
 - II. Em “319 profissionais **que relataram suas experiências ao usar IA**”, o pronome relativo “que” exerce a função de sujeito da forma verbal “relataram”.
 - III. Em “quando as respostas geradas pareciam confiáveis”, a oração introduzida por “quando” expressa circunstância de causa em relação à oração anterior.
- Assinale a opção correta.
- a) Nenhum item está certo.
 - b) Apenas o item I está certo.
 - c) Apenas o item III está certo.
 - d) Apenas os itens I e II estão certos.
 - e) Apenas os itens II e III estão certos.

**COMPETÊNCIAS DIGITAIS E INFORMÁTICA
APLICADA AO SETOR PÚBLICO***Emannuelle Gouveia*

5. No serviço público, a análise de informações exige critérios para avaliar a qualidade dos dados antes de utilizá-los em decisões administrativas. Considerando o pensamento computacional aplicado ao setor público, assinale a alternativa correta:
- a) A automação de processos elimina a necessidade de avaliar a origem e a qualidade das informações utilizadas.
 - b) A análise crítica de dados envolve verificar fonte, contexto e consistência das informações antes de utilizá-las para tomada de decisão.
 - c) A utilização de grandes volumes de dados garante automaticamente que as informações sejam confiáveis e livres de distorções.
 - d) O compartilhamento rápido de informações deve ser priorizado, mesmo sem validação prévia, para aumentar a transparência pública.
 - e) A ética no uso de dados restringe-se à proteção de senhas e ao controle de acesso aos sistemas informatizados.
6. No Microsoft Windows, o gerenciamento de arquivos e pastas permite organizar informações armazenadas no computador e controlar operações realizadas pelo usuário. Considerando os recursos do sistema operacional, assinale a alternativa correta:
- a) A exclusão de uma pasta pelo Explorador de Arquivos remove sempre todos os arquivos de forma definitiva, sem possibilidade de recuperação.
 - b) Os atalhos do Windows armazenam uma segunda cópia completa do arquivo original para facilitar o acesso.
 - c) A alteração do nome de um arquivo modifica obrigatoriamente o formato interno do conteúdo armazenado.
 - d) O Explorador de Arquivos permite apenas visualizar arquivos, não sendo possível realizar operações de cópia ou movimentação.
 - e) As permissões de arquivos e pastas permitem controlar quais usuários podem acessar, modificar ou executar determinados recursos.
7. Em ferramentas de comunicação e colaboração, a escolha entre webmail, cliente de e-mail e aplicativos de reunião depende das necessidades de acesso, integração e uso dos recursos disponíveis. Considerando esses serviços, assinale a alternativa correta:
- a) O webmail exige a instalação de um programa específico no computador para permitir o envio e recebimento de mensagens.
 - b) Clientes de e-mail não permitem configurar contas de diferentes provedores, pois funcionam apenas com um único serviço de correio eletrônico.
 - c) Aplicativos como Microsoft Teams e Google Meet são destinados exclusivamente ao envio de mensagens de texto, sem suporte a reuniões virtuais.
 - d) Ferramentas de colaboração podem integrar comunicação, reuniões on-line e compartilhamento de informações, favorecendo atividades realizadas remotamente.
 - e) O trabalho remoto elimina a necessidade de controles de acesso, pois os usuários utilizam apenas dispositivos pessoais.

8. Em processos administrativos eletrônicos, a assinatura digital é utilizada para garantir a autenticidade e a integridade de documentos. Considerando esse recurso, assinale a alternativa correta:

- a) A assinatura digital utiliza mecanismos criptográficos para vincular a identidade do signatário ao documento e permitir a verificação de possíveis alterações.
- b) A assinatura digital impede qualquer cópia do documento assinado, tornando sua reprodução tecnicamente impossível.
- c) A assinatura digital tem como finalidade principal reduzir o tamanho dos arquivos armazenados nos sistemas administrativos.
- d) A assinatura digital substitui a necessidade de controle de acesso aos sistemas, pois qualquer documento assinado passa a ser protegido contra todos os tipos de ataque.
- e) A assinatura digital funciona apenas quando o documento permanece armazenado no mesmo computador em que foi criado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

O enunciado a seguir, refere-se às questões 9, 10 e 11. Corujinha realizou uma pesquisa, na comunidade concurseira, sobre hábitos alimentares de 300 concurseiros, e conseguiu as seguintes informações:

- 120 gostam de carne;
- 100 gostam de feijoada;
- 80 gostam de galeto;
- 50 gostam de carne e feijoada;
- 40 gostam de carne e galeto;
- 30 gostam de feijoada e galeto;
- 20 gostam dos três.

9. O número de concurseiros que não gostam de nenhum dos pratos listados acima é igual a:

- a) 70
- b) 110
- c) 85
- d) 125
- e) 100

10. Quatro pessoas são escolhidas aleatoriamente dentre os concurseiros que gostam SOMENTE de carne e feijoada. Calcule a quantidade de maneiras que essa escolha pode ser feita.

- a) 27.405
- b) 27.435
- c) 27.450
- d) 27.500
- e) 27.542

11. Escolhendo-se aleatoriamente um concurseiro, qual é a probabilidade de que ele goste de carne e galeto OU feijoada e galeto?

- a) $\frac{1}{2}$
- b) $\frac{1}{3}$
- c) $\frac{1}{4}$
- d) $\frac{1}{5}$
- e) $\frac{1}{6}$

12. **P1:** Se Caio não é alegre, então Gael samba.

P2: Se Caio é alegre, então José não é festeiro.

P3: José é festeiro.

A conclusão do argumento acima é:

- a) Caio é alegre e o Gael não samba
- b) Caio não é alegre e Gael samba
- c) Caio é alegre e Gael samba
- d) Caio não é alegre e Gael não samba
- e) se José não é festeiro, então Gael não samba

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

13. A União e o Estado do Maranhão decidem se consorciar para atuarem conjuntamente em questões de interesse comum, especialmente relacionadas ao desenvolvimento regional e à infraestrutura. No momento de elaborar o protocolo de intenções do almejado consórcio público, surge a controvérsia sobre a competência pela fiscalização do consórcio.

Analisando a estrutura de controle dos consórcios públicos prevista na Lei nº 11.107/2005, a fiscalização sobre este consórcio será exercida pelo:

- a) Tribunal de Contas da União, exclusivamente, por se tratar de consórcio com participação da União, ente federativo de maior estatura.
- b) Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, exclusivamente, dada a predominância de seu interesse.
- c) Tribunal de Contas da União, se o representante legal do consórcio for o Presidente da República ou, pelo Tribunal de Contas do Estado, em caso contrário.
- d) Tribunal de Contas da União, quanto à aplicação dos recursos repassados pela União, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, quanto à aplicação dos recursos estaduais, caracterizando dupla sujeição ao controle externo, mas sem que se configure sobreposição de esforços ou *bis in idem*.
- e) controle interno do próprio consórcio, sendo vedada a fiscalização por Tribunais de Contas para garantir a autonomia do arranjo federativo.

14. Determinado cidadão, menor de idade, apresentou pedido de acesso a informações sobre despesas públicas de uma autarquia estadual. A entidade negou o acesso sob o argumento de que o cidadão é menor de idade e não apresentou a motivação determinante para a consulta. Assinale a alternativa correta:

- a) A negativa é legítima, pois o interesse público deve ser comprovado pelo requerente.
- b) O indeferimento é ilegítimo, pois são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- c) O indeferimento é legítimo, pois o acesso não depende da fundamentação do pedido, mas o solicitante não pode ser menor de idade, por expressão vedação legal.
- d) Será sempre gratuito o serviço de busca e fornecimento das informações.
- e) O pedido é legítimo e deve ser atendido em no máximo 20 dias úteis.

15. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) confere proteção reforçada aos dados pessoais de crianças e adolescentes, determinando que o tratamento dessas informações deve observar o seu melhor interesse, além de exigir cautelas específicas dos agentes responsáveis pelo tratamento. Nesse contexto, destaca-se o chamado “ECA Digital”, instituído pela Lei nº 15.211/2025, que reforça a proteção existente considerando o crescimento do uso de redes sociais, plataformas digitais, jogos e serviços on-line por esse público.

De acordo com as regras atualmente previstas na LGPD, o tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado:

- a) Apenas para fins educacionais, sendo proibido o uso com intuito econômico.
- b) Apenas mediante consentimento específico e em destaque dado necessariamente por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, como regra geral.
- c) Somente com autorização judicial prévia, expedida pelo juiz da competente vara da infância e juventude.
- d) Mediante consentimento específico dado por ambos os pais, exceto se dado for coletado em ambiente escolar.
- e) Mediante o consentimento da própria criança que tenha mais de 10 anos completos.

16. Nos termos dispostos no Decreto 11.462/2023, que regulamenta o sistema de registro de preços (SRP), julgue os itens a seguir:

- I. O Registro de Preços poderá ser adotado, entre outras hipóteses, quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade estadual, municipal ou federal.
- II. Na contratação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária não é necessária para a realização da licitação, somente sendo exigida para a formalização do contrato.
- III. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, devendo ser contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional.
- IV. É permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem a indicação do total de itens a ser adquirido.

Assinale a alternativa que apresenta todas as assertivas corretas:

- a) I, II, e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

17. Possui eficácia plena e aplicabilidade imediata, conforme a doutrina e a jurisprudência do STF, a norma constitucional seguinte:

- a) “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) construir uma sociedade livre, justa e solidária”
- b) “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”
- c) “é garantido o direito de herança”

d) “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”

e) “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”

18. De acordo com a jurisprudência do STF, é constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina, desde que cumpridas algumas condições. Assinale aquela que não é uma condição prevista, cumulativa ou alternativamente, no entendimento da Corte:

- a) que a vacina seja registrada em órgão de vigilância sanitária
- b) que a vacina tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações
- c) que o imunizante tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei
- d) que a vacina seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico
- e) que haja concordância dos pais ou responsáveis, em caso de menor de idade.

19. A renúncia à nacionalidade brasileira originária:

- a) não é admitida no direito brasileiro
- b) não impede a reaquisição da nacionalidade originária
- c) pode ser realizada, ainda que a nacionalidade brasileira seja a única
- d) não impede a reaquisição da nacionalidade, mas que se dará na forma de brasileiro naturalizado
- e) pode acontecer de forma expressa ou tácita.

20. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas:

- a) não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua
- b) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas, inclusive perante o qual atua
- c) não possui previsão constitucional
- d) possui existência autônoma e fisionomia institucional própria
- e) integra o Ministério Público Comum

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. Júlia, servidora recém-empossada em cargo público, ao estudar os sistemas de controle jurisdicional da administração pública, anotou que a doutrina costuma identificar dois grandes modelos: o sistema de jurisdição una (também chamado de sistema inglês) e o sistema de dualidade de jurisdição, ou sistema do contencioso administrativo (também chamado de sistema francês). A respeito desses sistemas e do modelo adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil adota o sistema de dualidade de jurisdição, também chamado de sistema francês, segundo o qual cabe a órgãos de contencioso administrativo, integrantes da própria estrutura do Poder Executivo, proferir a decisão final e definitiva sobre os litígios que envolvam a administração pública, subtraindo tal apreciação do Poder Judiciário.
- b) No sistema de jurisdição una, também chamado de sistema inglês e adotado pelo Brasil, o Poder Judiciário detém o monopólio, ou quase monopólio, da função jurisdicional, competindo-lhe apreciar, com força de definitividade, lesão ou ameaça a direito, inclusive quando o litígio envolver atos praticados pela própria administração pública.
- c) O sistema de dualidade de jurisdição, adotado pelo Brasil por influência do modelo francês, permite que os Tribunais de Contas, no exercício da função de controle externo, profiram decisões revestidas de coisa julgada em sentido estritamente judicial, insuscetíveis de reapreciação pelo Poder Judiciário.
- d) O princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto na Constituição Federal, é o principal fundamento do sistema de dualidade de jurisdição.
- e) A adoção do sistema de jurisdição una pelo ordenamento brasileiro impede que a própria administração pública, no exercício do poder-dever de autotutela, desfaça de ofício os seus próprios atos ilegais, cabendo tal atribuição, com exclusividade, ao Poder Judiciário.

22. A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão recebeu, tempestivamente, o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) sobre as contas anuais prestadas pelo Governador do Estado, com proposta de rejeição. Em sessão de julgamento, a maioria simples dos deputados estaduais presentes deliberou pela aprovação das Contas do Governador. Considerando a repartição constitucional de competências entre o TCE/MA e o Poder Legislativo estadual, assinale a alternativa correta.

- a) A deliberação da Assembleia Legislativa é inválida, pois a Constituição Federal exige quórum qualificado de dois terços dos deputados estaduais para que o parecer prévio do TCE deixe de prevalecer.
- b) Compete privativamente ao TCE/MA o efetivo julgamento das contas anuais prestadas pelo Governador do Estado.
- c) Cabe à Assembleia Legislativa o efetivo julgamento das contas do Governador, não havendo, nesse caso, quórum qualificado constitucionalmente exigido para que a Casa Legislativa delibere de forma diversa da conclusão do parecer prévio.
- d) Além da emissão do parecer prévio sobre as contas de governo do Governador, compete exclusivamente à Assembleia Legislativa o julgamento das contas de gestão dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos estaduais.
- e) Em razão do princípio da simetria em relação ao modelo federal, o TCE/MA somente pode instaurar processo de tomada de contas especial contra administrador estadual mediante prévia autorização da Assembleia Legislativa.

23. A respeito da organização constitucional do Tribunal de Contas da União e das inovações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 139/2026, assinale a alternativa correta.

- a) O TCU é integrado por nove Ministros, com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

b) Os Tribunais de Contas são instituições permanentes essenciais ao exercício da função jurisdicional do Estado.

c) Os Ministros do TCU, quando no exercício regular da judicatura, têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

d) Compete privativamente ao Congresso Nacional a nomeação dos nove Ministros do TCU, ainda que a indicação, conforme o caso, seja de competência do Chefe do Executivo.

e) O auditor do TCU, quando não estiver em substituição a Ministro, exerce atribuições de natureza meramente opinativa e consultiva, não lhe sendo asseguradas, nessas hipóteses, as garantias e os impedimentos próprios da magistratura.

24. Quanto à classificação do controle da administração pública relativamente à natureza ou ao aspecto do objeto controlado, assinale a alternativa correta.

a) O controle de mérito, que envolve o juízo de conveniência e oportunidade dentro da margem de liberdade conferida por lei ao agente público, pode ser exercido na função jurisdicional.

b) O controle de legalidade, quando exercido pelo Poder Judiciário, poderá ensejar tanto a anulação quanto a convalidação do ato administrativo viciado, esta última desde que se trate de vício sanável.

c) O controle de legalidade pode ser exercido pelos três Poderes, ao passo que o controle de mérito constitui, em regra, prerrogativa exclusiva da administração pública.

d) Constatado que um ato discricionário foi praticado de forma desproporcional ou desarrazoada, ainda que dentro dos limites máximos previstos em lei, não poderá o Poder Judiciário invalidá-lo, sob pena de indevida invasão do mérito administrativo.

e) O controle de legalidade exercido pelo Tribunal de Contas depende sempre de prévia provocação do interessado.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Herbert Almeida*

25. Em processo de tomada de contas especial instaurado pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) para apurar possível dano ao erário municipal, o relator verificou que o gestor responsável não deu causa a qualquer prejuízo, mas cometeu impropriedade de natureza formal na execução da despesa, insuficiente para configurar as hipóteses de irregularidade previstas em lei. Verificou-se, ainda, que, em razão do baixo valor estimado do eventual ressarcimento, o custo da cobrança judicial seria superior ao proveito econômico da medida. Considerando a disciplina da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA) sobre as decisões em processos de contas, assinale a alternativa correta.

- a) Diante da ausência de dano ao erário, as contas serão consideradas ilíquidáveis, com o consequente trancamento do processo.
- b) As contas deverão ser julgadas regulares com ressalva, hipótese em que, comprovado o eventual recolhimento de multa imputada, o Tribunal dará quitação ao responsável e lhe determinará a adoção de medidas necessárias à correção das irregularidades ou faltas identificadas.
- c) Ainda que o custo da cobrança judicial seja superior ao valor do eventual ressarcimento, é vedado ao TCE/MA determinar o arquivamento do processo sem o cancelamento do débito.
- d) A decisão que julgar as contas regulares com ressalva tem natureza terminativa.
- e) A existência de impropriedade formal, ainda que não resulte dano ao erário, sujeita obrigatoriamente o responsável à sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão.

26. O Ministério Público junto ao TCE/MA, dez meses após o término do prazo para interposição de recurso de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas de determinado gestor municipal, tomou conhecimento de fatos novos,

consistentes em documentos não examinados no processo original, aptos a demonstrar a existência de responsáveis adicionais pelo dano apurado. Considerando o regime recursal previsto na Lei nº 8.258/2005, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público está impedido de questionar a decisão, pois, transcorrido o prazo de reconsideração, opera-se a preclusão consumativa.
- b) O instrumento cabível é o recurso de revisão, de natureza similar à ação rescisória, que pode ser interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal dentro do prazo de dois anos, sem efeito suspensivo.
- c) O instrumento cabível é o recurso de reconsideração, ainda que fora do prazo ordinário de quinze dias, pois a superveniência de fatos novos autoriza sua interposição a qualquer tempo, com efeito suspensivo sobre a integralidade do acórdão recorrido.
- d) Cabem embargos de declaração, já que o objetivo é sanar omissão do acórdão quanto à responsabilidade de terceiros, sendo dispensada, nessa hipótese, a prévia audiência do Ministério Público, por se tratar do próprio recorrente.
- e) O Ministério Público junto ao Tribunal não possui legitimidade para interpor qualquer dos recursos previstos na Lei Orgânica do TCE/MA, sendo essa prerrogativa exclusiva da parte interessada ou de seus sucessores.

27. Segundo o Regimento Interno do TCE/MA, sobre a sustentação oral no julgamento de processos, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível em qualquer caso, inclusive no julgamento de embargos de declaração.
- b) O prazo da parte é de quinze minutos, improrrogável, sem admitir aparte.
- c) Havendo mais de um interessado representado pelo mesmo procurador, o prazo é duplicado.
- d) O requerimento pode ser apresentado verbalmente, já no início da sessão.
- e) Após a sustentação da parte, é vedada qualquer manifestação do Ministério Público.

28. O Secretário de Estado da Fazenda do Maranhão formulou consulta ao TCE/MA, articulada e devidamente instruída com parecer do órgão de assistência jurídica da Secretaria, acerca de caso concreto na aplicação de recursos vinculados à área de saúde. A autoridade, contudo, não demonstrou a pertinência temática da consulta com as atribuições da Secretaria da Fazenda. Considerando a disciplina da consulta na Lei nº 8.258/2005, assinale a alternativa correta.

- a) A consulta deve ser conhecida e respondida pelo Tribunal, uma vez que estão presentes os requisitos de admissibilidade.
- b) A resposta à consulta, uma vez conhecida, teria caráter vinculante quanto ao caso concreto relativo ao Município mencionado, constituindo prejulgamento do processo de fiscalização em curso.
- c) A consulta não deve ser conhecida, tanto por não ter sido demonstrada a pertinência temática exigida da autoridade consulente quanto por versar sobre caso concreto.
- d) A consulta deve ser conhecida exclusivamente em razão de estar instruída com parecer do órgão de assistência jurídica da Secretaria, requisito que, por si só, supre a ausência de pertinência temática.
- e) Secretários de Estado não figuram, em qualquer hipótese, entre as autoridades legitimadas a formular consulta ao TCE/MA.

HISTÓRIA

Alessandra (Alê) Lopes

29. Na segunda metade do século XVIII, a economia maranhense experimentou importante crescimento. A política econômica pombalina e a conjuntura internacional favoreceram a expansão de atividades destinadas ao mercado externo.

A respeito desse processo, assinale a opção correta.

- a) A Companhia Geral de Comércio proibiu a entrada de africanos escravizados no Maranhão.
- b) O crescimento econômico fundamentou-se exclusivamente na produção de açúcar.
- c) A expansão do algodão e do arroz ocorreu sem a participação de companhias comerciais.
- d) A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão estimulou as exportações e ampliou a entrada de africanos escravizados.
- e) A política pombalina eliminou o trabalho escravo e incentivou exclusivamente o trabalho livre europeu.

30. A Balaiada reuniu participantes de diferentes origens sociais. Raimundo Gomes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira — conhecido como Balaio — e Cosme Bento das Chagas figuraram entre suas principais lideranças.

Considerando a composição e as lideranças do movimento, assinale a opção correta.

- a) Cosme Bento liderou um numeroso grupo formado por escravizados e libertos, o que evidencia a dimensão social e racial do conflito.
- b) Raimundo Gomes era presidente da província e comandou a repressão imperial.
- c) Balaio pertencia à elite agrária e defendia exclusivamente os interesses dos grandes proprietários.
- d) Cosme Bento participou apenas de forma secundária e não exerceu liderança popular.
- e) As lideranças populares permaneceram politicamente subordinadas às elites liberais durante todo o movimento.

31. O governo imperial enviou Luís Alves de Lima e Silva ao Maranhão para assumir a presidência da província e o comando das forças encarregadas de combater a Balaiada. Sua atuação combinou medidas militares e políticas.

Assinale a opção correta acerca da repressão ao movimento.

- a) A pacificação resultou exclusivamente de operações militares, sem qualquer concessão aos rebeldes.
- b) O governo recusou anistia aos participantes que abandonassem a luta.
- c) Luís Alves utilizou operações militares e anistias para provocar deserções e enfraquecer o movimento.
- d) A repressão fracassou, e os balaíos assumiram definitivamente o governo provincial.
- e) Luís Alves recebeu o título de Barão de Caxias antes do conflito, em razão de sua atuação no Primeiro Reinado.

32. Nas eleições de 1965, José Sarney apresentou-se como integrante das Oposições Coligadas e como alternativa ao domínio político exercido pelo grupo de Vitorino Freire. Sua campanha adotou um discurso de renovação e modernização do Maranhão.

Acerca das consequências dessa eleição, assinale a opção correta.

- a) A vitória de Sarney preservou integralmente o vitorinismo e manteve Vitorino Freire no controle do governo estadual.
- b) A eleição eliminou imediatamente as práticas oligárquicas e clientelistas da política maranhense.
- c) Sarney venceu como candidato do PSD estadual e sucessor indicado por Vitorino Freire.
- d) A vitória enfraqueceu o vitorinismo, mas favoreceu, posteriormente, a consolidação de um novo grupo dominante associado ao sarneísmo.
- e) O resultado encerrou a influência do governo federal sobre a política estadual.

GEOGRAFIA

Priscila Lima

33. A posição geográfica do Maranhão ajuda a explicar sua condição de contato entre diferentes regiões brasileiras e a importância de elementos naturais na delimitação de seu território.

Sobre a localização, os limites e os pontos extremos do Maranhão, é correto afirmar que

- a) com cerca de 330 mil km², limita-se com Piauí, Pará, Tocantins e Oceano Atlântico; seus extremos situam-se em Carutapera, Alto Parnaíba, Araisos e São Pedro da Água Branca.
- b) situado integralmente no interior nordestino, limita-se com Piauí, Ceará, Tocantins e Pará; seus extremos leste e oeste encontram-se, respectivamente, em Caxias e Imperatriz.
- c) sua fronteira oriental acompanha principalmente o rio Tocantins, enquanto o rio Parnaíba estabelece parte do limite ocidental; ao norte, o território alcança a divisa terrestre com o Pará.
- d) seus limites meridionais são definidos exclusivamente pelo rio Tocantins, enquanto a fronteira com o Piauí combina trechos terrestres e o rio Gurupi, alcançando o litoral oriental.
- e) a maior extensão territorial ocorre no sentido leste-oeste, desde a foz do Parnaíba até a divisa com Tocantins, enquanto o extremo norte localiza-se na Ilha de São Luís.

34. Observe o mapa a seguir:



Considerando a hipsometria e os compartimentos indicados pelos números 1, 2 e 3, é correto afirmar que

- a) as maiores altitudes concentram-se ao norte, diminuindo em direção ao sul; a área 1 corresponde às Reentrâncias, a 2 aos Lençóis e a 3 ao Golfão Maranhense.
- b) o relevo apresenta pouca variação altimétrica entre norte e sul; a área 1 destaca-se pelas falésias, a 2 pelas chapadas e a 3 pelas planícies fluviais interiores.
- c) as superfícies mais elevadas predominam no centro-norte e diminuem para o sul; a área 1 corresponde ao Golfão, a 2 às Reentrâncias e a 3 ao litoral dos Lençóis.
- d) as maiores altitudes predominam ao sul e diminuem em direção ao litoral; a área 1 apresenta planícies arenosas e dunas, a 2 reúne baixadas e

ambientes estuarinos e a 3 possui costa recortada, com manguezais e reentrâncias.

- e) o relevo declina do litoral para o interior; a área 1 apresenta planaltos sedimentares, a 2 corresponde à principal região serrana e a 3 caracteriza-se por chapadas próximas ao oceano.

35. O extrativismo permanece relevante em diferentes áreas do Maranhão, envolvendo recursos associados às formações vegetais, aos ambientes costeiros e fluviais e à disponibilidade de recursos minerais e energéticos.

Sobre as atividades extrativas desenvolvidas no estado, é correto afirmar que

- a) o extrativismo vegetal concentra-se principalmente no litoral, baseado na coleta de mangue, enquanto a pesca possui pouca expressão econômica e a mineração está restrita à exploração de minério de ferro no sul.
- b) a coleta do babaçu destaca-se no extrativismo vegetal e mantém forte importância social para comunidades tradicionais; a pesca artesanal aproveita a extensa rede fluvial e costeira, enquanto o extrativismo mineral inclui calcário e recursos energéticos, como o gás natural.
- c) a carnaúba constitui o principal produto extrativo de todo o território maranhense, substituindo economicamente o babaçu, enquanto a atividade pesqueira concentra-se em grandes embarcações industriais voltadas ao mercado externo.
- d) o babaçu ocorre sobretudo nos cerrados do extremo sul, onde sua exploração foi incorporada ao agronegócio mecanizado, enquanto o extrativismo mineral concentra-se no litoral pela exploração direta de bauxita destinada à produção de alumínio.
- e) a redução das formações vegetais eliminou a importância econômica do extrativismo tradicional, atualmente substituído pela mineração de carvão e pela pesca oceânica industrial, atividades predominantes nas áreas rurais do estado.

36. A expansão do comércio e dos serviços no Maranhão depende da capacidade de conectar centros urbanos, áreas produtoras e mercados consumidores. Por isso, investimentos em transportes e telecomunicações interferem diretamente na integração econômica do território estadual.

Sobre o setor terciário e a infraestrutura maranhense, é correto afirmar que

- a) o comércio estadual concentra-se no litoral porque a precariedade das ligações terrestres impede Imperatriz e outros centros do interior de exercerem funções regionais relevantes.
- b) a modernização dos transportes priorizou o modal aéreo para cargas, reduzindo a importância das rodovias e das ferrovias na circulação de mercadorias entre o interior e São Luís.
- c) a Ferrovia Norte-Sul atende principalmente ao transporte de passageiros, enquanto o Porto do Itaqui permanece pouco integrado às áreas produtoras do interior maranhense.
- d) a ampliação das telecomunicações ocorre essencialmente em São Luís, pois a expansão da fibra óptica, do 4G e do 5G ainda não integra políticas destinadas aos municípios do interior.
- e) a integração entre BR-135, ferrovias Norte-Sul e Carajás e Porto do Itaqui estrutura importantes fluxos de cargas, enquanto a modernização dos aeroportos e a expansão das redes digitais favorecem comércio, serviços e conexões entre os centros urbanos.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

37. Acerca das características e da eficácia dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- a) A inalienabilidade dos direitos fundamentais implica seu caráter absoluto, de modo que eles não admitem restrição nem mesmo em hipóteses de colisão com outros direitos.

b) Os direitos fundamentais são imprescritíveis, não se perdendo pelo simples decurso do tempo, ainda que não exercidos pelo titular.

c) Os direitos fundamentais vinculam exclusivamente o Poder Público, sendo incabível sua incidência nas relações entre particulares.

d) Os direitos de segunda dimensão correspondem às liberdades públicas de caráter negativo, que exigem abstenção estatal.

e) O princípio da vedação ao retrocesso social autoriza o legislador a suprimir livremente normas já concretizadoras de direitos sociais, desde que por lei ordinária.

38. Considerando a distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais e a incorporação de tratados internacionais no ordenamento brasileiro, assinale a opção correta.

a) A expressão *direitos fundamentais* designa os direitos reconhecidos em documentos internacionais, ao passo que "direitos humanos" se refere àqueles positivados na Constituição de determinado Estado.

b) Todo tratado internacional de direitos humanos ratificado pelo Brasil ingressa automaticamente no ordenamento com status de emenda constitucional.

c) Segundo o STF, os tratados internacionais de direitos humanos ratificados sem observância do rito especial previsto na Constituição Federal possuem status de norma supralegal, situando-se abaixo da Constituição e acima da legislação ordinária.

d) O rol de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal é taxativo, não admitindo ampliação por tratados internacionais.

e) A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foram incorporados ao direito brasileiro com status de lei supralegal

39. A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, assinale a opção correta.

- a) A DUDH foi aprovada como resolução da Assembleia Geral da ONU, não possuindo, em sua origem formal, natureza de tratado internacional.
- b) A DUDH foi adotada em 1945, simultaneamente à Carta das Nações Unidas, em São Francisco.
- c) A DUDH contempla exclusivamente direitos civis e políticos.
- d) De acordo com a DUDH, o direito de asilo pode ser invocado por pessoa perseguida em razão da prática de crime comum.
- e) A DUDH admite a aplicação de pena de morte e de penas cruéis nos casos expressamente previstos na legislação interna de cada Estado.

40. Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assinale a opção correta.

- a) A pessoa com deficiência mental ou intelectual é considerada absolutamente incapaz para os atos da vida civil, devendo ser representada por curador.
- b) A curatela da pessoa com deficiência é medida extraordinária e proporcional às necessidades e circunstâncias de cada caso, afetando tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- c) A tomada de decisão apoiada é processo pelo qual a pessoa com deficiência elege, no mínimo, cinco apoiadores, que passam a representá-la em todos os atos da vida civil.
- d) Adaptação razoável e desenho universal são expressões sinônimas, ambas designando modificações individualizadas realizadas em caso concreto.
- e) O direito ao casamento e ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos é assegurado apenas à pessoa com deficiência física, vedado o seu exercício pela pessoa com deficiência intelectual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

41. A apreciação de legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão pelo Tribunal de Contas:

- a) não se sujeita a prazo
- b) sujeita-se a prazo prescricional de 4 anos
- c) sujeita-se a prazo decadencial de 5 anos, a contar da concessão
- d) sujeita-se a prazo decadencial de 5 anos, a contar da chegada do processo na corte de contas
- e) sujeita-se a prazo decadencial de 4 anos, a contar da concessão

42. É princípio da Ordem Econômica, conforme o art. 170 da CF, exceto:

- a) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação
- b) redução das desigualdades regionais, sociais e culturais
- c) busca do pleno emprego
- d) livre concorrência
- e) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País

43. Julgue os itens a seguir, a respeito do meio ambiente na Constituição:

- I - É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental.
- II - É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União.
- III - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, caso inadimplida a obrigação de reparar os danos causados.

Estão corretos, apenas:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) I e III
- d) II e III
- e) nenhum dos itens

44. Considere que Xilofônico é prefeito de Tuntum-MA, tendo ordenado a realização de determinada despesa, para pagamento de contrato realizado sem prévia licitação. Por entender que Xilofônico ordenou a realização de despesa ilegal, o Tribunal de Contas do Maranhão pode:

- a) rejeitar as contas e condenar Xilofônico à devolução dos valores ilegalmente realizados
- b) emitir parecer pela rejeição das contas de Xilofônico, as quais só podem ser rejeitadas pela Assembleia Legislativa
- c) emitir parecer pela rejeição das contas de Xilofônico, as quais só podem ser rejeitadas pela Câmara Municipal
- d) emitir parecer pela rejeição das contas de Xilofônico, as quais só podem ser rejeitadas pelo Congresso Nacional
- e) arquivar as contas de Xilofônico

45. E. A Poe, Secretário de Assuntos Internacionais de Açailândia-MA, foi condenado ao pagamento de multa sancionatória pelo TCE-MA por desviar recursos da Prefeitura. C. Darwin, Secretário de Fazenda de Zé Doca-MA, por outro lado, foi condenado pelo TCE-MA ao pagamento de multa simples, por descumprir obrigação de direito financeiro (respeito ao limite prudencial de despesas com pessoal). Nos termos da jurisprudência do STF, ação de execução fiscal deve ser ajuizada, respectivamente:

- a) pelo Município de Açailândia e pelo Município de Zé Doca
- b) pelo Estado do Maranhão e pelo Município de Zé Doca
- c) pelo Estado do Maranhão, em ambos os casos
- d) Município de Açailândia e pelo Estado do Maranhão
- e) pelo Ministério Público de Contas e pelo Município de Zé Doca.

46. Quanto aos arts. 225 e 231 da Constituição, que tratam da tutela constitucional do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a) a proteção constitucional das terras indígenas é incompatível com a sobreposição da mesma área como de proteção ambiental
- b) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso especial
- c) a propriedade das terras indígenas é da União, assegurando-se às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo e do subsolo
- d) a mineração em terras indígenas precisa ser autorizada pelo Congresso Nacional, assegurado poder de veto às comunidades indígenas
- e) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei

47. De acordo com o regramento constitucional do Poder Judiciário, pode propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, exceto:

- a) Presidente da República
- b) Presidente do Senado Federal
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional
- d) Confederação sindical
- e) entidade de classe de âmbito nacional

48. Dentre as alternativas abaixo, que tratam do regime constitucional dos Tribunais de Contas, assinale a única que está ERRADA:

- a) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, não se subordina à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- b) O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo cabível, porém, o julgamento ficto das contas por decurso de prazo, nos casos em que comprovada a omissão da Câmara Municipal.
- c) É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- d) O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa.
- e) No âmbito da tomada de contas especial, é possível a condenação administrativa de Chefes dos Poderes Executivos municipais, estaduais e distrital pelos Tribunais de Contas, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.

49. A Constituição de 1988 preocupou-se sobremaneira com a questão dos direitos sociais, especialmente os dos trabalhadores. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito desse tema:

- a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados
- b) A Constituição assegura aos empregados relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos
- c) É assegurada – apenas aos trabalhadores urbanos – a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho
- d) A Constituição assegura aos trabalhadores aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei
- e) o rol constitucional de direitos sociais é meramente exemplificativo

50. No que diz respeito aos direitos constitucionais do cidadão, julgue os itens a seguir:

- I – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, exceto nos casos previstos em lei.
- II - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- III - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Estão corretos, apenas:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) nenhum dos itens

51. Segundo as disposições constitucionais regentes dos direitos sociais, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, exceto:

- a) fundo de garantia do tempo de serviço
- b) seguro-desemprego, em caso de despedida involuntária
- c) jornada semanal de trabalho de, no máximo, 44h
- d) igualdade de direitos entre trabalhador avulso e trabalhador com vínculo empregatício permanente
- e) hora extra com remuneração superior, no mínimo, a 60% da hora normal

52. O Governador do Maranhão decidiu delegar ao Procurador-Geral do Estado a competência para extinguir, mediante decreto, diversos cargos e funções públicas que estavam vagos. A oposição, porém, suscitou a inconstitucionalidade dessa medida. Pode-se afirmar que, à luz da Constituição e da jurisprudência:

- a) O governador possui essa competência, mas ela é indelegável
- b) O governador não possui essa competência
- c) O governador possui essa competência e ela é delegável, mas não para a autoridade citada
- d) O governador possui essa competência, mas ela só pode ser delegada em situações excepcionais
- e) O governador possui essa competência e ela é delegável, inclusive para a autoridade citada.

53. Considere que, na Câmara Municipal de Araguaã-MA, um projeto de lei de autoria de um vereador pretende instituir uma política pública de não discriminação nas escolas públicas municipais. Mesmo não criando novos órgãos públicos, o projeto foi vetado pelo Prefeito, sob alegação de vício de iniciativa. À luz da jurisprudência do STF, a alegação do Prefeito:

- a) não procede, pois os parlamentares podem propor projetos de lei sobre políticas públicas, ainda que prevejam a criação de órgãos

b) não procede, pois os parlamentares podem propor projetos de lei sobre políticas públicas, desde que não prevejam a criação de órgãos

c) não procede, pois as regras federais de processo legislativo não se aplicam à esfera municipal

d) procede, estando caracterizado o vício de iniciativa

e) procede em parte, apenas porque é inconstitucional criar programa municipal de não discriminação.

54. À luz das regras princípios constitucionais sobre o tema das competências federativas, pode-se afirmar que compete aos Municípios:

- a) legislar sobre proteção de dados pessoais
- b) legislar sobre tempo máximo de espera em filas de instituições bancárias
- c) explorar os portos e aeroportos localizados em seus territórios
- d) explorar os serviços locais de gás canalizado
- e) instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas

55. Julgue os itens a seguir, que se referem ao regem jurídico constitucionalmente estabelecido para a magistratura brasileira:

I – Cabe à lei complementar de cada Estado definir o estatuto dos magistrados estaduais.

II – É garantia dos juízes a inamovibilidade, que pode, porém, ser relativizada em caso de decisão da maioria absoluta do Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.

III – É assegurada aos juízes a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

56. Assinale a alternativa que menciona corretamente a aplicação de princípio exposto na Lei 14.133/2021 para contratações de obras e serviços de engenharia:

- a) princípio da legalidade, porquanto a violação ao seu caráter concorrencial caracterizará ato de improbidade administrativa.
- b) princípio da segregação de funções, segundo o qual as atividades relevantes do procedimento licitatório devem ser atribuídas a agentes públicos equivalentes.
- c) princípio da vedação ao sigilo da proposta, na medida em que todos os atos da licitação são públicos.
- d) princípio da eficiência, razão pela qual o licenciamento ambiental prévio deve ser obtido antes da divulgação do edital sempre que a responsabilidade pela sua obtenção for da Administração.
- e) princípio da igualdade, razão pela qual os licenciamentos ambientais de obras públicas são tratados no Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) com a mesma prioridade das obras particulares.

57. Considerando as particularidades de uma licitação realizada sob modalidade Diálogo Competitivo, assinale a alternativa correta:

- a) É conduzida por um único servidor efetivo como regra geral.
- b) O edital da fase competitiva deve estabelecer o prazo mínimo de 25 dias úteis para a apresentação das propostas.
- c) É vedada a realização de fases sucessivas durante a etapa de diálogo.
- d) A Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.
- e) Admite-se como critério de julgamento apenas o maior lance.

58. No tocante à distribuição da responsabilidade pelos encargos nos contratos administrativos estabelecida pela Lei 14.133/2021, pode-se afirmar que a inadimplência da empresa contratada quanto aos encargos trabalhistas:

- a) Ensejará a responsabilidade *in re ipsa* da Administração Pública.
- b) Não transfere à Administração a responsabilidade pelo pagamento, exceto em serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, se comprovada falha na fiscalização.
- c) Ensejará a responsabilidade solidária da Administração, no caso de comprovada falha da fiscalização.
- d) Será transferida ao poder público se o contrato for de baixo valor.
- e) Ensejará a responsabilidade subsidiária da Administração, bastando que o contratante seja pessoa de direito público.

59. Suponha que determinado município maranhense tenha delegado à iniciativa privada a prestação do serviço público de transporte coletivo, celebrando contrato de concessão com sociedade empresária particular. Caso se constate serviço prestado de forma inadequada, o poder concedente:

- a) terá o dever legal de decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, sendo que a indenização devida à empresa é calculada no decurso do processo, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.
- c) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto do poder concedente, não cabendo qualquer indenização à empresa, em razão da extinção culposa do contrato.
- d) deverá aplicar sanção ao concessionário, por meio da intervenção na concessão.
- e) ensejará a nulidade do contrato, impedindo os efeitos jurídicos que a avença deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

60. Considerando a classificação e o regime jurídico dos bens públicos estabelecidos no Código Civil e na doutrina, assinale a alternativa correta.

- a) Bens públicos de uso comum do povo, a exemplo das praias, podem ser alienados livremente pelo Poder Público, desde que precedida de licitação na modalidade leilão, entre outros requisitos.
- b) Bens dominiais são os únicos bens públicos que podem ser alienados, desde que observadas as exigências legais, como autorização legislativa e avaliação prévia.
- c) A afetação é o ato pelo qual o poder público retira o bem público de sua destinação específica, mediante decreto, tornando-o disponível para alienação.
- d) A usucapião de bem público é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro nas hipóteses de

posse prolongada por particulares com *animus domini*.

- e) Bens de uso especial, como prédios utilizados por repartições públicas, diferenciam-se dos demais em razão de serem insuscetíveis de usucapião e impassíveis de serem objeto de execução forçada ou penhora.

61. Considerando as disposições legais a respeito do processo administrativo (Lei 9.784/1999), é coreto afirmar que o recurso

- a) somente pode ser interposto por aqueles que figurarem como interessados no processo.
- b) em regra, deve ser interposto no prazo de até trinta dias contado da ciência da decisão recorrida.
- c) não será conhecido após exaurida a esfera administrativa, a qual em regra possuirá três instâncias.
- d) caso veicule alegação de que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, impõe à autoridade prolatora da decisão impugnada sua reconsideração.
- e) poderá ser interposto apenas em face de razões de mérito.

62. Considerando as regras legais quanto à descentralização por colaboração, assinale a alternativa correta.

- a) Na concessão comum de serviços públicos, a remuneração do prestador dos serviços decorrerá exclusivamente das tarifas pagas pelos usuários.
- b) A concessão de serviço público será precedida de licitação, qual deverá ser na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- c) Na concessão patrocinada, o poder público possui exclusividade no financiamento da concessão, de modo que a contraprestação do parceiro público representa a única fonte de renda do concessionário.
- d) A lei prevê a possibilidade de a concessão ser delegada a pessoa física em municípios com até 10.000 habitantes.
- e) Não pode ser viabilizada mediante contrato de adesão.

63. A respeito do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), instituído pela Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) sua gestão é de responsabilidade da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), devendo os tribunais de contas promover eventos de capacitação quanto à sua utilização para os servidores públicos em geral.
- b) é facultativa a publicação do inteiro teor dos editais de licitação no PNCP, podendo os entes federativos optar por publicar apenas em seus diários oficiais e em ferramentas eletrônicas próprias.
- c) é de utilização obrigatória pelos entes federativos, mas a divulgação de contratos e aditamentos no portal é facultativa, diferentemente da publicidade no site do próprio órgão contratante (Portais de Transparência).
- d) o PNCP deverá conter, entre outras informações, os planos de contratação anuais, os editais, os contratos e seus aditamentos, além de um sistema de registro cadastral unificado.
- e) o acesso ao PNCP é restrito aos órgãos de controle e aos licitantes, para se preservar o sigilo comercial das propostas.

64. Considerando as regras legais aplicáveis aos procedimentos auxiliares da Lei nº 14.133/2021, pode-se afirmar que o credenciamento representa:

- a) processo de pré-qualificação de licitantes que, uma vez aprovados, ficam dispensados de apresentar documentação de habilitação em futuras licitações.
- b) sistema de credenciamento para contratações futuras, no qual a Administração firma compromisso de aquisição de bens e serviços mediante a homologação de uma ata.
- c) processo de chamamento público no qual se convocam interessados para que, preenchidos os requisitos, sejam contratados diretamente mediante inexigibilidade de licitação, como na contratação de bens comuns padronizados.

d) procedimento para alienação de bens móveis da Administração Pública, no qual os interessados oferecem lances sucessivos a partir de um valor mínimo.

e) conjunto de procedimentos para registro de preços relativos a prestação de serviços e aquisição de bens, por exemplo, para viabilizar contratações futuras.

65. Assinale a alternativa que indica hipótese de inexigibilidade de licitação prevista na Lei 14.133/2021:

- a) contratação de serviços especializados de publicidade.
- b) objetos que possam ser contratados por meio de registro cadastral.
- c) emergência ou calamidade pública.
- d) aquisição de bem imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- e) para aquisição, por pessoa jurídica de direito público, de produtos estratégicos para a saúde fornecidos por produtores públicos.

66. A prerrogativa que autoriza a Administração a constituir os particulares em obrigações por meio de ato unilateral, bem como a impossibilidade de o administrador renunciar aos poderes que a lei lhe confere para a tutela do interesse coletivo, relacionam-se, respectivamente, aos princípios da:

- a) eficiência e da publicidade.
- b) supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público.
- c) moralidade e da autotutela.
- d) continuidade do serviço público e da motivação.
- e) presunção de legitimidade e da segurança jurídica.

67. A respeito das autarquias, é correto afirmar que:

- a) são criadas mediante autorização legislativa, adquirindo personalidade jurídica com o registro de seus estatutos.
- b) possuem personalidade jurídica de direito privado e desempenham atividade econômica em regime concorrencial.
- c) são criadas diretamente por lei específica, possuem personalidade jurídica de direito público e desempenham atividades típicas da Administração Pública.
- d) integram a administração desconcentrada do ente federativo que as instituiu.
- e) não são destinatárias da imunidade tributária recíproca quanto ao patrimônio vinculado às suas finalidades essenciais.

68. Assinale a alternativa que indica distinção correta entre empresa pública e sociedade de economia mista:

- a) apenas a sociedade de economia mista depende de autorização legal para sua instituição.
- b) a empresa pública pode adotar qualquer forma societária admitida em direito, ao passo que a sociedade de economia mista deve, necessariamente, revestir-se na forma de sociedade anônima.
- c) a empresa pública admite a participação de capital privado, o que é vedado à sociedade de economia mista.
- d) somente as empresas públicas submetem-se ao regime jurídico da Lei nº 13.303/2016.
- e) as sociedades de economia mista, apenas, possuem personalidade jurídica de direito privado.

69. No que tange ao poder regulamentar, é correto afirmar que:

- a) o decreto regulamentar destina-se à fiel execução da lei, não podendo criar obrigações novas nem inovar na ordem jurídica.
- b) todo decreto do chefe do Poder Executivo possui natureza autônoma, extraindo fundamento diretamente da Constituição.
- c) o decreto autônomo é admitido para qualquer matéria, desde que inexistir lei específica sobre o tema.
- d) a competência para editar decretos regulamentares pode ser delegada aos Ministros de Estado.
- e) não há mecanismo de controle externo aplicável ao poder regulamentar.

70. Suponha que o Chefe de determinada repartição pública tomou ciência de irregularidade funcional atribuída a servidor que lhe é subordinado, mas deixou de adotar qualquer providência, por reputar inconveniente a instauração de procedimento apuratório naquele momento. Acerca do poder disciplinar, assinale a alternativa correta a respeito.

- a) A omissão foi regular, pois a instauração de procedimento disciplinar sujeita-se a juízo discricionário de conveniência e oportunidade da chefia.
- b) A omissão foi irregular, pois a autoridade que tem ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, assegurada ao acusado ampla defesa.
- c) A omissão foi regular, pois a apuração disciplinar depende de prévia condenação penal do servidor.
- d) A omissão foi irregular, pois a apuração de infrações funcionais compete diretamente ao Poder Judiciário.
- e) A omissão foi regular, pois o poder disciplinar não alcança servidores subordinados, mas apenas particulares contratados pela Administração.

GESTÃO DE CONTRATOS*Rodrigo Bet*

71. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, verificou-se que determinado setor administrativo pretendia realizar contratação destinada à aquisição de bens cujos padrões de desempenho e qualidade poderiam ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 apresentadas no material de estudo, assinale a afirmativa correta.

- a) A concorrência deverá ser utilizada obrigatoriamente, pois o pregão é restrito às contratações de serviços.
- b) O pregão é a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, admitindo-se como critérios de julgamento o menor preço ou o maior desconto.
- c) O diálogo competitivo é a modalidade adequada sempre que os bens puderem ser descritos por especificações usuais de mercado.
- d) A contratação deverá ser realizada mediante concurso, desde que o objeto apresente características técnicas previamente definidas.
- e) O pregão somente poderá ser utilizado quando o objeto envolver serviço comum de engenharia.

72. Em procedimento de contratação conduzido pelo TCE-MA, a equipe responsável elaborou inicialmente documento destinado a caracterizar o interesse público envolvido e identificar a melhor solução para determinada necessidade administrativa. Posteriormente, a partir desse documento, seriam elaborados os instrumentos necessários à contratação.

À luz da Lei nº 14.133/2021, o documento descrito corresponde ao:

- a) projeto executivo.
- b) termo de referência.
- c) anteprojeto.

d) estudo técnico preliminar.

e) projeto básico.

73. O TCE-MA pretende contratar empresa especializada para desenvolver uma solução tecnológica extremamente complexa. Durante o planejamento, a Administração concluiu que não seria possível definir com precisão suficiente as especificações técnicas do objeto, além de ser necessária a identificação, mediante interação com o mercado, dos meios e alternativas capazes de satisfazer a necessidade administrativa.

Nesse caso, considerando exclusivamente as informações constantes do material fornecido, é correto afirmar que:

- a) deverá ser utilizado obrigatoriamente o pregão.
- b) deverá ser utilizado o concurso.
- c) poderá ser adotado o diálogo competitivo.
- d) deverá ser realizado o leilão.
- e) deverá ser utilizado o credenciamento.

74. Em auditoria de uma contratação realizada por órgão estadual do Maranhão, os auditores do TCE-MA identificaram que o edital estabelecia preferência entre os licitantes em razão do local onde estavam sediadas as empresas participantes.

À luz da Lei nº 14.133/2021, essa conduta:

- a) é válida, desde que a preferência seja justificada pelo interesse público.
- b) é válida apenas quando houver diferença significativa entre os preços ofertados.
- c) é admitida nas licitações de âmbito estadual, mas não nas federais.
- d) é vedada ao agente público responsável pela área de licitações e contratos.
- e) é obrigatória quando a contratação envolver serviços de execução local.

75. Em fiscalização de contrato de obra pública, o TCE-MA constatou que determinada medição considerou a execução de 1.500 metros de determinada etapa da obra, embora apenas 1.200 metros tivessem sido efetivamente executados.

Nessa situação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a irregularidade caracteriza:

- a) reajustamento em sentido estrito.
- b) sobrepreço.
- c) superfaturamento.
- d) repactuação.
- e) alteração quantitativa legítima.

76. O TCE-MA acompanha uma contratação de serviços contínuos em que há regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Após o transcurso do período mínimo previsto em lei, a contratada solicita a recomposição dos custos decorrentes da variação dos custos contratuais.

Nesse caso, o mecanismo adequado de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é:

- a) reajustamento em sentido estrito, mediante aplicação obrigatória de índice geral de preços.
- b) repactuação, mediante demonstração analítica da variação dos custos.
- c) revisão automática, independentemente da demonstração dos custos.
- d) atualização monetária, independentemente do regime de execução.
- e) reajustamento por maior desconto.

77. O TCE-MA está analisando um contrato administrativo cujo objeto consiste na realização de pequeno trabalho de manutenção predial, contratado por preço certo, podendo ou não haver fornecimento de materiais pelo contratado.

Considerando as definições da Lei nº 14.133/2021, o regime descrito corresponde à:

- a) contratação integrada.

- b) contratação semi-integrada.
- c) empreitada integral.
- d) contratação por tarefa.
- e) empreitada por preço global.

78. Determinado contrato de serviços contínuos foi celebrado pelo TCE-MA com prazo inicial de quatro anos. Durante sua execução, a Administração verificou que a manutenção do ajuste continuava economicamente vantajosa e que havia previsão no edital para prorrogações sucessivas.

Segundo o material fornecido, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima de:

- a) cinco anos.
- b) seis anos.
- c) oito anos.
- d) quinze anos.
- e) dez anos.

79. Em determinado contrato administrativo celebrado pelo Estado do Maranhão, a Administração pretende promover unilateralmente uma alteração quantitativa no objeto. O contrato envolve serviço comum, não se tratando de reforma de edifício ou equipamento.

Considerando os limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais:

- a) acréscimos ou supressões de até 10% do valor inicial atualizado.
- b) acréscimos de até 25% e supressões de até 50%.
- c) acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado.
- d) acréscimos ou supressões de até 50%.
- e) somente acréscimos, limitados a 25%, sendo vedadas supressões.

80. O TCE-MA identificou contrato administrativo decorrente de licitação regularmente realizada. O instrumento contratual foi assinado em determinada segunda-feira.

Considerando as regras de eficácia contratual constantes do material de estudo, a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando decorrente de licitação, deverá ocorrer no prazo de:

- a) 20 dias úteis, contados da assinatura.
- b) 5 dias úteis, contados da adjudicação.
- c) 10 dias úteis, contados da homologação.
- d) 15 dias úteis, contados da assinatura.
- e) 30 dias corridos, contados da assinatura.

81. Em uma contratação realizada pelo TCE-MA, a Administração necessita adquirir determinado equipamento produzido exclusivamente por uma empresa, não existindo outro fornecedor capaz de atender ao objeto pretendido.

Nesse cenário, considerando as hipóteses de contratação direta apresentadas no material, a Administração poderá realizar:

- a) dispensa de licitação por emergência.
- b) dispensa de licitação em razão do valor.
- c) inexigibilidade de licitação.
- d) concurso.
- e) credenciamento obrigatório.

82. O TCE-MA acompanha um procedimento de contratação no qual a Administração pretende utilizar o sistema de registro de preços para futuras aquisições. Ao examinar o edital, a equipe de auditoria verifica que o critério de julgamento adotado é o de técnica e preço.

Considerando as disposições constantes do material fornecido, a situação descrita está:

- a) correta, pois o sistema de registro de preços admite qualquer critério de julgamento previsto na Lei nº 14.133/2021.
- b) incorreta, pois o critério de julgamento no sistema de registro de preços será o menor preço ou o maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado.
- c) correta, desde que o objeto seja uma obra de grande vulto.
- d) incorreta, pois o sistema de registro de preços somente pode utilizar o critério de maior desconto.
- e) correta, desde que haja autorização do Tribunal de Contas.

83. Durante fiscalização de contrato de obra pública, os auditores do TCE-MA verificaram que o prazo contratual chegou ao fim sem que o objeto tivesse sido concluído. O contrato previa a conclusão de um escopo previamente definido.

A respeito da situação, assinale a afirmativa correta.

- a) O contrato é automaticamente extinto com o término do prazo, ainda que o objeto não tenha sido concluído.
- b) A Administração deverá obrigatoriamente celebrar novo contrato para permitir a conclusão do objeto.
- c) A prorrogação somente poderá ocorrer mediante nova licitação.
- d) O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período originalmente firmado.
- e) A prorrogação somente poderá ocorrer mediante autorização legislativa específica.

84. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), verificou-se a existência de contrato de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Ao analisar o modelo de execução contratual, a equipe de fiscalização constatou que os empregados da contratada permaneciam à disposição do órgão contratante e que a Administração fiscalizava a distribuição, o controle e a supervisão dos recursos humanos alocados ao contrato.

Considerando a IN nº 5/2017, assinale a afirmativa correta.

- a) Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que, entre outros requisitos, os empregados da contratada ficam à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços.
- b) A caracterização da dedicação exclusiva de mão de obra exige que os empregados da contratada permaneçam necessariamente nas dependências da própria contratada durante toda a execução contratual.
- c) É indispensável que a contratada compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de determinado contrato com outros contratos executados simultaneamente.
- d) A fiscalização da contratante quanto à distribuição, ao controle e à supervisão dos recursos humanos alocados aos contratos descaracteriza o regime de dedicação exclusiva.
- e) Os serviços com dedicação exclusiva somente poderão ser prestados nas dependências da contratada, sendo vedada sua execução nas dependências do órgão ou entidade contratante.

85. No curso da fiscalização de um contrato administrativo celebrado por órgão público estadual do Maranhão, o fiscal técnico e o fiscal administrativo apresentaram os respectivos relatórios e documentos referentes à execução dos serviços. Após a análise do material, verificou-se que não havia irregularidades que impedissem a liquidação e o pagamento da despesa.

Considerando as regras da IN nº 5/2017 acerca do recebimento definitivo, assinale a afirmativa correta.

- a) O recebimento definitivo deverá ser realizado exclusivamente pelo fiscal técnico, mediante relatório circunstanciado.
- b) O gestor do contrato deverá realizar apenas a análise dos relatórios, sendo dispensada a emissão de termo para formalizar o recebimento definitivo.
- c) O recebimento definitivo ocorre automaticamente após a emissão da nota fiscal pela contratada, independentemente da documentação apresentada pela fiscalização.
- d) O recebimento definitivo será realizado pelo fiscal administrativo, que deverá emitir termo circunstanciado após a análise da documentação.
- e) O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato, mediante a emissão de termo circunstanciado, com base nos relatórios e na documentação apresentados pela fiscalização.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Processo Orçamentário, julgue os itens que se seguem.

86. Durante treinamento destinado aos novos servidores de um tribunal de contas, um instrutor afirmou que o ciclo orçamentário corresponde ao exercício financeiro, uma vez que ambos se iniciam em 1.º de janeiro e se encerram em 31 de dezembro. Outro instrutor discordou, argumentando que o ciclo orçamentário compreende atividades anteriores e posteriores à própria execução da lei orçamentária.

Considerando o ciclo orçamentário e o exercício financeiro, assinale a opção correta.

- a) O primeiro instrutor está correto, pois a anualidade orçamentária determina que todas as etapas do ciclo orçamentário sejam concluídas dentro do mesmo exercício financeiro.
- b) O segundo instrutor está correto, pois o exercício financeiro coincide com o ano civil, enquanto o ciclo orçamentário compreende etapas de elaboração, discussão e aprovação, execução e avaliação e controle, podendo alcançar mais de um exercício financeiro.
- c) Os dois instrutores estão parcialmente corretos, pois elaboração e execução integram o mesmo exercício financeiro, enquanto apenas a etapa de controle ocorre posteriormente.
- d) O segundo instrutor está correto apenas quanto à etapa de elaboração, pois a avaliação e o controle devem ser concluídos até 31 de dezembro do exercício em que ocorrer a execução.
- e) O primeiro instrutor está correto quanto ao ciclo orçamentário tradicional, enquanto a distinção apontada pelo segundo instrutor aplica-se exclusivamente ao ciclo orçamentário ampliado.

87. Durante atividade de capacitação sobre o processo orçamentário, foram apresentadas duas formas de compreender o ciclo orçamentário. Na primeira, foram destacadas as etapas diretamente relacionadas à elaboração da proposta orçamentária, à apreciação legislativa, à execução e ao controle. Na segunda, o processo foi analisado de forma mais abrangente, considerando a articulação temporal e material entre os instrumentos de planejamento e orçamento previstos no ordenamento brasileiro.

Considerando as concepções tradicional e ampliada do ciclo orçamentário, assinale a opção correta.

- a) A concepção tradicional restringe o ciclo às etapas de elaboração, aprovação e execução do orçamento, enquanto a avaliação e o controle somente integram a concepção ampliada.
- b) A concepção ampliada decorre da necessidade de compatibilizar temporalmente PPA, LDO e LOA, razão pela qual suas fases podem ser reunidas sempre que se referirem ao mesmo exercício financeiro.
- c) O ciclo tradicional compreende elaboração da proposta, discussão e aprovação, execução e avaliação e controle, enquanto o ciclo ampliado incorpora a essas atividades as fases relacionadas à formulação, apreciação e adequação do PPA e da LDO.
- d) O ciclo ampliado diferencia-se do tradicional essencialmente pela inclusão da execução financeira, uma vez que o modelo tradicional considera apenas a execução orçamentária.
- e) A adoção constitucional do PPA, da LDO e da LOA substituiu o ciclo orçamentário tradicional pelo ampliado, tornando inadequada a utilização da divisão do processo em quatro etapas.

88. Na elaboração do projeto de lei orçamentária anual da União, determinado órgão setorial identificou a necessidade de aperfeiçoar o detalhamento de suas programações. Para tanto, propôs criar classificações próprias de receita e despesa e, simultaneamente, revisar as propostas apresentadas pelas unidades administrativas a ele vinculadas.

Ao analisar a proposta, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) concluiu que uma das providências extrapolava as competências do órgão setorial.

Considerando a distribuição de atribuições entre os agentes envolvidos no processo de elaboração orçamentária federal, assinale a opção correta.

- a) A criação das classificações e a análise das propostas são atribuições do órgão setorial, pois cabe à SOF apenas consolidar os valores encaminhados pelos órgãos.
- b) A criação das classificações compete à SOF, enquanto o órgão setorial atua, entre outras atividades, na coordenação, análise e validação das propostas das unidades que integram sua estrutura.
- c) A criação das classificações compete às unidades orçamentárias, cabendo ao órgão setorial apenas verificar a compatibilidade das propostas com os limites financeiros fixados pela SOF.
- d) A SOF possui competência para estabelecer as classificações da receita, enquanto as classificações da despesa são definidas pelos órgãos setoriais de acordo com suas necessidades.
- e) Tanto a criação das classificações quanto a validação das propostas das unidades subordinadas constituem atribuições exclusivas da SOF, em razão de sua condição de órgão central.

89. No início do processo de elaboração do projeto de lei orçamentária anual, a equipe responsável estabeleceu o seguinte cronograma:

- I. definição e divulgação dos referenciais monetários destinados às propostas setoriais;
- II. revisão da estrutura programática;
- III. captação das propostas das unidades orçamentárias;
- IV. análise, ajuste e validação das propostas setoriais.

Ao examinar o cronograma, um servidor afirmou que a sequência estabelecida apresentava uma inversão relevante nas etapas iniciais do processo.

Considerando a sequência do processo de elaboração da proposta orçamentária estudada no material, assinale a opção correta.

- a) O servidor está equivocado, pois os referenciais monetários devem ser definidos antes da revisão da estrutura programática, uma vez que esta depende dos limites financeiros previamente estabelecidos.
- b) O servidor está correto, pois a definição dos referenciais monetários somente pode ocorrer depois da captação e da validação definitiva das propostas das unidades orçamentárias.
- c) O servidor está correto, mas a inversão encontra-se entre as etapas III e IV, pois a validação das propostas deve anteceder sua captação pelas unidades responsáveis.
- d) O servidor está equivocado, pois a ordem entre revisão da estrutura programática e definição dos referenciais monetários é discricionária, desde que ambas ocorram antes da consolidação do PLOA.
- e) O servidor está correto, pois a revisão da estrutura programática deve preceder a definição e a divulgação dos referenciais monetários destinados às propostas setoriais.

Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

90. Em auditoria realizada sobre os mecanismos de transparência fiscal de determinado ente federativo, constatou-se que o portal oficial disponibilizava o PPA, a LDO, a LOA, o RREO e o RGF, mas não divulgava as prestações de contas, os respectivos pareceres prévios nem as versões simplificadas desses documentos. A administração alegou que a divulgação dos principais instrumentos de planejamento e execução já seria suficiente para atender à LRF.

À luz do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção correta.

- a) A administração está correta, pois a LRF considera como instrumentos de transparência apenas os instrumentos de planejamento e os relatórios fiscais periódicos.
- b) A administração está correta quanto às prestações de contas, mas não quanto aos pareceres prévios, cuja divulgação é obrigatória.
- c) A administração está incorreta, pois também integram os instrumentos de transparência as prestações de contas e os respectivos pareceres prévios, bem como as versões simplificadas dos documentos previstos na LRF.
- d) A omissão é irrelevante desde que haja divulgação, em tempo real, da execução orçamentária e financeira.
- e) As versões simplificadas somente são exigidas para municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes.

91. Em curso de formação, três servidores apresentaram as seguintes conclusões sobre os relatórios fiscais previstos na LRF:

- I. O RREO é publicado pelo Poder Executivo e deve ser divulgado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- II. O RGF é emitido, em regra, ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos abrangidos pela LRF.

III. Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes podem optar por divulgar semestralmente tanto o RGF quanto o próprio RREO.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas I está certa.
- b) Apenas II está certa.
- c) Apenas I e II estão certas.
- d) Apenas II e III estão certas.
- e) I, II e III estão certas.

92. Ao examinar o Relatório de Gestão Fiscal de determinado Poder, o controle interno identificou os seguintes demonstrativos:

- I. comparativo da despesa total com pessoal com os respectivos limites;
- II. comparativo das dívidas consolidada e mobiliária;
- III. comparativo da concessão de garantias e das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;
- IV. demonstrativo das receitas por categoria econômica e fonte, com previsão inicial, atualizada, realizada no bimestre e no exercício.

Considerando a disciplina da LRF, assinale a opção correta.

- a) Todos os itens integram necessariamente o RGF de qualquer Poder ou órgão.
- b) Apenas I, II e III integram o RGF, sendo o item IV próprio do RREO.
- c) Apenas I e IV integram o RGF, pois dívida e garantias são tratadas exclusivamente no RREO.
- d) Apenas II e III integram o RGF do Poder Executivo, enquanto o item I integra apenas o RREO.
- e) Apenas I, III e IV integram o RGF.

93. Determinada unidade da Federação deixou de instituir e efetivamente arrecadar uma taxa de sua competência, mas manteve regularmente instituídos, previstos e arrecadados todos os impostos de sua competência constitucional. Em seguida, pleiteou o recebimento de transferência voluntária de outro ente.

Considerando o art. 11 da LRF, assinale a opção correta.

- a) A transferência voluntária deverá ser necessariamente vedada, pois a ausência de instituição ou arrecadação de qualquer tributo impede seu recebimento.
- b) A transferência poderá ser realizada, porque a vedação específica ao recebimento de transferências voluntárias está relacionada ao descumprimento da exigência no que se refere aos impostos.
- c) A transferência somente poderá ocorrer se a taxa for instituída antes da celebração do instrumento de transferência.
- d) A situação é regular porque a instituição e arrecadação de tributos não constituem requisitos de responsabilidade fiscal.
- e) A transferência somente poderá ocorrer se destinada à saúde ou à educação, ainda que todos os impostos estejam regularmente instituídos e arrecadados.

Acerca do assunto Programação e Execução Orçamentária e Financeira, julgue os itens que se seguem.

94. No início da execução financeira de determinado órgão federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, na condição de órgão central de programação financeira, colocou à disposição do órgão setorial competente determinado montante de recursos financeiros, em conformidade com o cronograma de desembolso aprovado para o exercício.

Posteriormente, o órgão setorial distribuiu parte desses recursos a unidades gestoras sob sua jurisdição.

As duas movimentações descritas correspondem, respectivamente, a

- a) repasse e sub-repasse.
- b) cota e repasse.
- c) destaque e provisão.
- d) cota e sub-repasse.
- e) provisão e repasse.

95. Em determinado exercício, ocorreram as seguintes movimentações:

- I. uma unidade gestora transferiu crédito orçamentário para outra unidade gestora pertencente ao mesmo órgão;
- II. um ministério descentralizou crédito orçamentário para unidade gestora integrante de outro ministério;
- III. um órgão setorial de programação financeira liberou recursos para unidade gestora sob sua jurisdição;
- IV. houve movimentação de recursos financeiros entre unidades pertencentes a estruturas administrativas distintas.

Considerando a terminologia adotada na execução orçamentária e financeira, as situações I, II, III e IV correspondem, respectivamente, a

- a) provisão, destaque, sub-repasse e repasse.
- b) destaque, provisão, cota e sub-repasse.
- c) provisão, repasse, sub-repasse e destaque.
- d) sub-repasse, destaque, provisão e repasse.
- e) provisão, destaque, repasse e sub-repasse.

96. Um ministério descentralizou parte de seus créditos orçamentários para unidade gestora pertencente a outro órgão, para que esta executasse determinado programa previsto originalmente no orçamento do ministério descentralizador. A equipe técnica da unidade recebedora sustentou que, em razão da descentralização, deveria ser alterada a classificação institucional do crédito e que a ação orçamentária passaria a integrar definitivamente o orçamento do órgão executor.

À luz das regras aplicáveis à descentralização de créditos, assinale a opção correta.

- a) A equipe está correta, pois toda descentralização externa exige a transferência da titularidade da ação orçamentária.
- b) A equipe está correta apenas quanto à alteração da classificação institucional, que deve acompanhar o deslocamento do crédito.
- c) A equipe está incorreta, pois a descentralização permite a execução do crédito por outra unidade sem alterar o valor da programação nem as classificações institucional, funcional, programática e econômica originalmente vinculadas ao crédito.
- d) A equipe está incorreta apenas porque a alteração da classificação institucional depende de autorização legislativa específica.
- e) A equipe está correta se a descentralização ocorrer por meio de TED, hipótese em que a ação passa a integrar o orçamento da unidade descentralizada.

Acerca dos assuntos Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores e Suprimento de Fundos, julgue os itens que se seguem.

97. Ao analisar os restos a pagar de determinado órgão federal, a unidade de contabilidade identificou despesas inscritas como restos a pagar não processados que, transcorrido período significativo desde a inscrição, ainda não haviam sido liquidadas. Parte dessas despesas estava sujeita à regra geral aplicável aos restos a pagar não processados, enquanto outra parte se enquadrava em hipóteses excepcionadas pela regulamentação.

Considerando as regras relativas à vigência, ao bloqueio e ao cancelamento dos restos a pagar não processados, assinale a opção correta.

- a) Os restos a pagar não processados que não tenham sido liquidados até 30 de junho do segundo ano subsequente ao da inscrição serão automaticamente cancelados nessa data, ressalvadas as despesas decorrentes de emendas parlamentares.
- b) Os restos a pagar não processados submetidos à regra geral serão bloqueados em 30 de junho do segundo ano subsequente ao da inscrição, não se confundindo o bloqueio com o cancelamento definitivo da obrigação.
- c) Todos os restos a pagar não processados permanecem válidos até 31 de dezembro do segundo ano subsequente ao da inscrição, quando são automaticamente convertidos em despesas de exercícios anteriores.
- d) O bloqueio dos restos a pagar não processados ocorre no encerramento do exercício seguinte ao da inscrição e alcança indistintamente todas as despesas, inclusive aquelas expressamente excepcionadas pela regulamentação.
- e) O decurso do prazo para liquidação converte os restos a pagar não processados em processados, ainda que não tenha ocorrido a verificação do direito adquirido pelo credor.

98. Em novembro de determinado exercício, um servidor recebeu suprimento de fundos no valor de R\$ 8.000 para realização de despesas que, por sua natureza e excepcionalidade, não poderiam subordinar-se ao processo normal de execução. Após utilizar R\$ 6.500 regularmente, o servidor restituiu R\$ 1.500 ainda no mesmo exercício financeiro. Considere, adicionalmente, que, em situação distinta, a devolução de saldo não utilizado somente tivesse ocorrido no exercício financeiro seguinte ao da concessão.

Considerando o tratamento orçamentário das restituições de suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- a) Tanto a restituição realizada no mesmo exercício quanto aquela realizada no exercício seguinte devem ser classificadas como anulação de despesa, pois ambas decorrem de recursos anteriormente concedidos a título de suprimento.
- b) A restituição de R\$ 1.500 realizada no mesmo exercício constitui receita orçamentária, enquanto a restituição efetuada no exercício seguinte representa anulação da despesa originalmente executada.
- c) A restituição realizada no mesmo exercício caracteriza anulação de despesa; se o recolhimento ocorrer após o encerramento do exercício da concessão, o valor será tratado como receita orçamentária.
- d) A restituição de suprimento de fundos constitui, em qualquer exercício, ingresso extraorçamentário, pois não representa arrecadação definitiva de recursos pelo ente público.
- e) A restituição efetuada no exercício seguinte deve ser registrada como despesa de exercício anterior, uma vez que está vinculada a suprimento concedido em orçamento já encerrado.

99. Em dezembro de 2025, determinado órgão da administração pública federal recebeu equipamentos adquiridos mediante contrato regularmente empenhado. O setor responsável pelo recebimento provisório atestou que os bens haviam sido entregues pelo fornecedor, mas, em razão da necessidade de conferência técnica e documental, os procedimentos necessários à liquidação da despesa não foram concluídos até 31 de dezembro. Não houve pagamento ao fornecedor no exercício.

Considerando a situação apresentada e a classificação dos restos a pagar segundo o estágio de execução da despesa, assinale a opção correta.

- a) A despesa deverá ser inscrita como resto a pagar processado, pois a entrega dos equipamentos demonstra que o fato gerador da obrigação já ocorreu, sendo dispensável a conclusão formal da liquidação.
- b) A despesa deverá ser inscrita como resto a pagar não processado a liquidar, pois toda despesa cuja liquidação não tenha sido formalmente concluída até 31 de dezembro recebe essa classificação.
- c) A despesa poderá ser inscrita como resto a pagar não processado em liquidação, uma vez que o fato gerador ocorreu e o credor cumpriu sua obrigação, embora a liquidação ainda não tenha sido concluída.
- d) A despesa deverá ser anulada ao final do exercício e reconhecida, obrigatoriamente, como despesa de exercício anterior no exercício seguinte, pois não houve liquidação até 31 de dezembro.
- e) A despesa deverá ser inscrita como resto a pagar processado em liquidação, categoria aplicável quando o credor cumpriu a obrigação, mas ainda estão pendentes procedimentos de verificação administrativa.

100. Em dezembro de determinado exercício, uma entidade pública recebeu integralmente materiais adquiridos de um fornecedor. Havia crédito próprio e saldo suficiente para atender à despesa, mas, em razão de falha administrativa, a obrigação não foi processada na época própria e não permaneceu validamente inscrita em restos a pagar. No exercício seguinte, após a comprovação do direito do credor, a administração decidiu realizar o pagamento.

À luz das regras relativas às despesas de exercícios anteriores (DEA), assinale a opção correta.

- a) O pagamento poderá ser realizado à conta de dotação específica consignada no orçamento vigente para despesas de exercícios anteriores, com a emissão de novo empenho.
 - b) O pagamento deverá ser tratado como despesa extraorçamentária, uma vez que o fato gerador e a entrega dos materiais ocorreram em exercício anterior.
 - c) O pagamento deverá ocorrer como resto a pagar processado, pois a entrega dos materiais no exercício anterior caracteriza, independentemente dos registros realizados, a liquidação da despesa.
 - d) A administração deverá reinscrever o valor como resto a pagar não processado no exercício corrente, preservando o empenho correspondente ao exercício de origem.
 - e) O reconhecimento do direito do credor permite o pagamento independentemente de dotação orçamentária no exercício corrente, pois a obrigação decorre de exercício financeiro já encerrado.
-

Dissertação

Texto Motivador

As tragédias climáticas deixaram de ser eventos isolados e passaram a integrar a realidade constante de diversas nações. No Brasil, secas severas e enchentes devastadoras exigem respostas rápidas do poder público para salvar vidas e reconstruir cidades. Contudo, a administração pública atua, de forma predominante, sob uma lógica reativa. Especialistas em contas públicas apontam que a ausência de previsão financeira para catástrofes compromete o equilíbrio fiscal e agrava o sofrimento das populações atingidas. Diante dessa realidade, o planejamento orçamentário torna-se uma ferramenta indispensável de defesa civil e de governança sustentável.

Comando da Questão

Com base no texto motivador e em seus conhecimentos sobre o tema, elabore um texto dissertativo-argumentativo, com extensão máxima de 30 linhas, sobre o seguinte assunto: A responsabilidade do Estado e o planejamento orçamentário frente às emergências climáticas. Em seu texto, aborde, obrigatoriamente:

1. A necessidade de transição de um modelo de gestão reativo para um modelo preventivo.
2. Os impactos dos eventos climáticos extremos na execução do orçamento público e a importância de instrumentos de contingência.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 1

TEXTO MOTIVADOR

A Lei nº 4.320 de 1964 estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços públicos. Tradicionalmente, o controle das despesas orçamentárias centra-se no fluxo fiscal por meio dos estágios de empenho, liquidação e pagamento. No entanto, o processo de convergência das práticas contábeis do setor público às normas internacionais trouxe a necessidade de uma maior integração com o enfoque patrimonial, evidenciando o fato gerador de forma independente das etapas tradicionais da despesa orçamentária.

COMANDO DA QUESTÃO

Considerando as informações do texto motivador, elabore um texto dissertativo que aborde, de forma coordenada, os seguintes tópicos:

1. Os estágios típicos de execução da despesa pública, com base na Lei nº 4.320 de 1964, detalhando o conceito e a finalidade do empenho e da liquidação;
2. A finalidade da fase "em liquidação" introduzida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), ressaltando sua relação com o regime de competência patrimonial;
3. A sistemática de inscrição em Restos a Pagar, estabelecendo a diferenciação entre as despesas processadas e não processadas, e explicando o tratamento conferido aos saldos "em liquidação" no encerramento do exercício financeiro.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 2

TEXTO MOTIVADOR

Os contratos administrativos regem-se por preceitos de direito público, os quais asseguram à Administração prerrogativas específicas para a persecução do interesse coletivo. No entanto, a aplicação dessas prerrogativas deve ocorrer sob balizas legais estritas, de modo a garantir a segurança jurídica, a igualdade de condições entre os concorrentes e a moralidade dos atos administrativos. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133 de 2021) consolidou regras claras para harmonizar a supremacia do interesse público com a viabilidade prática e financeira das contratações estatais.

COMANDO DA QUESTÃO

Considerando as informações do texto motivador e os preceitos da Lei nº 14.133 de 2021, elabore um texto dissertativo que apresente exatamente três parágrafos, abordando os seguintes tópicos:

1. A distinção jurídica entre contratos da administração (gênero) e contratos administrativos (espécie), caracterizando a presença das cláusulas exorbitantes;
2. A bilateralidade do contrato administrativo e sua divisão técnica nas categorias de obras, serviços de engenharia e serviços contínuos;
3. As regras e os limites financeiros para a dispensa de licitação em razão do valor, bem como a admissibilidade excepcional de contratos verbais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>